

Relatório de Verificação do alinhamento da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures Simples¹ da Eletrobras CGT Eletrosul com o *Green Bond Framework* da Eletrobras

Operação	Valor	Emissão	Vencimento
1ª série da 3ª emissão de Debêntures simples da CGT Eletrosul	R\$ 185.000.000	Setembro/2021	Setembro/2029
Alinhamento com ODS:	 	Alinhamento com categorias GBP:	Energia Renovável
Verificação de alinhamento aos critérios de 'Uso dos Recursos' definidos no Framework			
✓ A 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul, realizada em 10 de setembro de 2021 e liquidada em 22 de setembro de 2021, foi baseada no <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras (controladora); ✓ Em conformidade com o <i>Green Bond Framework</i>, os recursos captados foram utilizados para reembolso e gastos futuros com infraestruturas de melhorias e reforços de subestações e seccionamento de linha de transmissão da CGT Eletrosul; ✓ O período de <i>lookback</i> dos gastos reembolsados foi de 24 meses anteriores à emissão, como estipulado no <i>Framework</i>; ✓ Apesar do <i>Framework</i> indicar que a alocação de recursos para gastos futuros deve ocorrer até o vencimento da operação, a Eletrosul já superou o prazo máximo para a alocação destes recursos previsto pelas boas práticas do mercado (24 meses); ✓ A previsão de alocação total dos recursos é abril de 2025, prazo inferior ao vencimento do título (setembro de 2029), de acordo com o disposto no <i>Framework</i>; ✓ A Eletrosul enviou documento destinado ao Agente Fiduciário como comprovação da alocação dos recursos nos projetos indicados na escritura da emissão. De acordo com o documento, 83,66% do valor captado com a emissão já foi alocado nos projetos elegíveis até outubro de 2023; ✓ A emissora comunicou aos investidores e <i>stakeholders</i>, através da escritura da emissão, o percentual dos recursos destinados ao financiamento de cada projeto. A ERM NINT verificou os valores indicados no documento estão em conformidade com o montante que foi alocado nos projetos finalizados. ✓ Dessa forma, o uso dos recursos está alinhado ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.			
Verificação de alinhamento aos critérios de 'Processo de Avaliação e Seleção de Projetos' definidos no Framework			
✓ O processo de avaliação da elegibilidade dos projetos seguiu as etapas definidas no <i>Framework</i> (análise inicial, avaliação dos critérios ASG e priorização), conforme já verificado no Relatório de Verificação do alinhamento da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul com o <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras Ano 1², realizado em 2022; ✓ As licenças ambientais dos projetos foram enviadas e verificadas pela ERM NINT. Para os projetos ainda em andamento, os relatórios de atendimento às condicionantes para o licenciamento serão enviados após a conclusão das obras; ✓ Dessa forma, a avaliação e seleção dos projetos está alinhada ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.			
Verificação de alinhamento aos critérios de 'Gestão dos Recursos' definidos no Framework			
✓ A 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul são Debêntures incentivadas, nos termos da Lei n° 12.431, de modo que não há possibilidade da Companhia direcionar os recursos captados para outros projetos; ✓ A CGT Eletrosul reportou ao Agente Fiduciário a comprovação dos desembolsos, demonstrando monitoramento dos recursos da emissão. Além disso, foram apresentadas planilhas de monitoramento interno da alocação dos recursos; ✓ Os recursos captados vêm sendo temporariamente alocados em fundo de investimento em títulos públicos, de modo que os recursos estão mantidos em instrumentos financeiros de baixo risco, em conformidade com o previsto no <i>Framework</i>; ✓ Dessa forma, a gestão dos recursos está alinhada ao <i>Green Bond Framework</i> da Eletrobras.			
Verificação de alinhamento aos critérios de 'Relato' definidos no Framework			
✓ A emissora reportou ao Agente Fiduciário e publicamente via Reporte Anual de Título Verde 2022 quanto dos recursos captados com as Debêntures já foram alocados nos projetos elegíveis; ✓ A Eletrobras reportou através de seu <i>website</i> ou Relatório de Sustentabilidade indicadores a nível de projeto e a nível agregado, conforme estabelecido em seu <i>Framework</i>;			

-
- ✓ A Eletrobras mantém em seu website o *Green Bond Framework*, o Parecer Independente associado ao *Framework* e se compromete a publicar este Relatório de Verificação.
 - ✓ Dessa forma, o relato está alinhado ao *Green Bond Framework* da Eletrobras.
-

¹ 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul

² [Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3a emissão 20220713 \(cgteletrosul.com.br\)](https://www.cgteletrosul.com.br)

Sobre a ERM NINT

A ERM NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRR* 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 200 operações de dívida ESG. Desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*. Em 2023, a ERM NINT passou a integrar o Grupo ERM.

SUMÁRIO

1.	Escopo	4
2.	Verificação	6
3.	Uso de Recursos	7
4.	Avaliação e Seleção de Projetos	9
5.	Gestão dos Recursos	11
6.	Relato	12
	Alocação dos Recursos	12
	Relatório de Impacto	12
	Controvérsias ASG	14
7.	Anexo I - Método	19

1. Escopo

O objetivo deste Relatório de Verificação Anual é avaliar o alinhamento da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - Eletrobras CGT Eletrosul (“CGT Eletrosul”, “Companhia”), realizada em setembro de 2021, com o *Green Bond Framework*³ da Eletrobras (controladora). O presente Relatório aborda o período de janeiro de 2022 a outubro de 2023.

A Primeira Série da 3ª Emissão de Debêntures é a única operação baseada no *Green Bond Framework* da Eletrobras. Portanto, o objeto da presente verificação é a Primeira Série da emissão (ou “Debêntures verdes”), caracterizada na escritura da operação como Debêntures Incentivadas (Lei nº 12.431) com volume total de R\$ 185.000.000. Os recursos líquidos obtidos foram utilizados para pagamentos futuros e reembolsos dos custos relacionados ao desenvolvimento, construção e operação de projetos de reforços em subestações e linha de transmissão de energia elétrica da CGT Eletrosul.

A verificação da ERM NINT está baseada no processo de alocação de recursos para os projetos verdes lastreados no *Framework* da Eletrobras e seus benefícios ambientais.

O processo de verificação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da verificação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão;
- Preparação do relatório de verificação.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A ERM NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

³ [Eletrobras Green Bond Framework 20220503\(1\).pdf \(cgteletrosul.com.br\)](#)

Declaração de Responsabilidade

A ERM NINT⁴ não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Eletrobras CGT Eletrosul ou de suas subsidiárias e controladora. A ERM NINT foi responsável pela consultoria para a elaboração do *Green Bond Framework* da Eletrobras em abril de 2021⁵, porém não foi responsável por sua avaliação externa. A ERM NINT declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca do alinhamento da emissão ao *Framework*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM NINT não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁴ A responsável final por esse relatório é a NINT - NATURAL INTELLIGENCE LTDA.

⁵ Na época, a NINT atuava sob o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI Finanças do Bem.

2. Verificação

Com base na verificação realizada, a 3ª Emissão de Debêntures da 1ª Série da CGT Eletrosul está alinhada às diretrizes previstas no *Green Bond Framework* da Eletrobras.

O escopo da verificação incluiu as categorias de Uso de Recurso ([seção 3](#)), Avaliação e Seleção dos Projetos ([seção 4](#)), Gestão dos Recursos ([seção 5](#)) e Relato ([seção 6](#)).

Equipe técnica responsável



Camila Ballini Luiz
Consulting Senior Associate
camila.ballini@erm.com



Camila Toigo
Managing Consultant
camila.toigo@erm.com



Cristóvão Alves
Partner
cristovao.alves@erm.com

Rio de Janeiro, 22/12/2023

3. Uso de Recursos

Conforme definido na escritura da emissão e em conformidade com o *Green Bond Framework* da Eletrobras, os projetos objeto da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul, realizada em 10 de setembro de 2021 e liquidada em 22 de setembro de 2021, correspondem a **infraestruturas de melhorias e reforços de subestações e seccionamento de linha de transmissão da CGT Eletrosul**, estando enquadrados na categoria ‘Transmissão de Energia’ prevista no *Framework*.

No documento Descritivo de Projetos de Transmissão - 3ª emissão⁶ (também denominado *Framework* da CGT Eletrosul) datado de setembro de 2021, estão elencados os projetos de transmissão de energia relacionados a obras de melhorias e reforço de subestações e seccionamento de linha de transmissão que foram financiados pela emissão. Os empreendimentos, Portarias referentes e atos autorizativos são listados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Descritivo dos projetos

Projeto	Empreendimento	Portaria	Ato Autorizativo
Projeto 1	SE Londrina - Ampliação “M” e SE Ijuí 2 - Ampliação “A”	Projeto 7 Portaria MME 389/2020	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.152/2018 de 09/07/2018
Projeto 2	Seccionamento da LT 230 kV Assis - Londrina Eletrosul na Subestação Londrina COPEL, e Subestação Joinville - Ampliação “L”	Projeto 5 Portaria MME 389/2020	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.576/2019
Projeto 3	Subestação Desterro - Ampliação “B”, Subestação Palhoça - Ampliação “I” e Subestação Palhoça - Ampliação “J”	Projeto 4 Portaria MME 389/2020	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.529/2018
Projeto 4	Subestação Ijuí 2 - Ampliação “B”	Projeto 8 Portaria MME 389/2020	MME 389/2020 CCT Nº 40003881
Projeto 5	Subestação Caxias 6 - Ampliação “B”	Projeto 1 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 1013150004
Projeto 6	Subestação Missões - Ampliação “D”	Projeto 2 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 40004833
Projeto 7	Subestação Siderópolis - Ampliação “N”	Projeto 3 Portaria MME 850/2021	CCT Nº 40005867
Projeto 8	Recapacitação da Linha de Transmissão 230 kV Blumenau - Joinville Norte e Recapacitação da Linha de Transmissão 230 kV Blumenau - Joinville	Projeto 4 Portaria MME 850/2021	Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.655/2021
Projeto 9	Reforços de pequeno porte em várias	Projeto 5 Portaria MME 850/2021	Despacho ANEEL nº 1425/2021

⁶ Descritivo projetos - GB versão final com Critérios ASG - Assinatura.pdf (cgteletrosul.com.br)

instalações pertencentes ao Sistema de Transmissão CGT Eletrosul

Fonte: Reporte Anual de Título Verde 2022⁷

O projeto 8 inicialmente também compreendia a Recapacitação da Linha de Transmissão 230 kV Joinville - Joinville Norte. No entanto, o projeto foi revogado pela ANEEL conforme despacho nº3.720⁸ de setembro de 2023. Com a revogação do empreendimento indicado, os recursos que seriam alocados nele serão redirecionados para os demais projetos indicados na Tabela 1.

De acordo com o *Framework*, os recursos podem ser alocados para investimentos em projetos elegíveis em construção ou em operação que tenham sido realizados até 24 meses antes da emissão do título verde ou para gastos futuros. No entanto, o *Framework* define que a alocação dos recursos em gastos futuros deve ocorrer até o vencimento do título, indo em contramão à boa prática do mercado de realizar a alocação dos recursos em no máximo 24 meses após a operação.

Ainda em relação a alocação dos recursos destinados a gastos futuros, a Eletrosul indicou que houve uma atualização do cronograma das obras financiadas pela emissão, sendo que sua conclusão está prevista para dezembro de 2024 e a estimativa para a alocação total dos recursos foi atualizada para abril de 2025. No entanto, de acordo com a escritura, o vencimento da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul ocorrerá em setembro de 2029, de modo que a alocação total dos recursos está prevista para ocorrer antes do vencimento do título, em conformidade com o estabelecido no *Framework*.

Durante a elaboração do Relatório de Verificação da emissão com o *Green Bond Framework* da Eletrobras - Ano 1⁹, realizado pela ERM NINT¹⁰ em 2022, foram apresentados Relatórios do Sistema SAP fornecidos pelo Departamento de Engenharia e Sistemas de CGT Eletrosul, através dos quais foi possível verificar que os gastos reembolsados foram realizados dentro do período estabelecido no *Framework*.

A Eletrosul apresentou à ERM NINT o documento 'Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão'¹¹, destinado à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Agente Fiduciário), onde está indicado a alocação dos recursos captados por meio da emissão. De acordo com o documento, 83,66% do valor captado com a emissão já foi alocado nos projetos elegíveis até outubro de 2023, conforme indicado na tabela abaixo.

Tabela 2 - Alocação da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da CGT Eletrosul

Custo total estimado dos projetos	Valor da emissão	Valor alocado até 31/10/2023	Saldo a realizar
R\$196.269.263,44	R\$185.000.000	R\$154.780.000	R\$30.220.000

⁷ Apresentação do PowerPoint (cgteletrosul.com.br)

⁸ [dsp20233720ti.pdf \(aneel.gov.br\)](https://www.aneel.gov.br/dsp20233720ti.pdf)

⁹ Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3ª emissão 20220713 (cgteletrosul.com.br)

¹⁰ Na época, a NINT atuava sob o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI Finanças do Bem.

¹¹ [Declaracao Destinacao de Recursos - 3%C2%AA Emissao - 31-10-2023_V19122023_assinado.pdf \(cgteletrosul.com.br\)](http://cgteletrosul.com.br/DeclaracaoDestinacao_de_Recursos_-_3%C2%AA_Emissao_-_31-10-2023_V19122023_assinado.pdf)

Fonte: Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão

De acordo com o documento, todos os projetos já foram concluídos, com exceção dos projetos 8 e 9. Desse modo, o saldo das Debêntures ainda não alocado será destinado a estes projetos. A previsão da Eletrosul é que todas as obras estejam finalizadas em dezembro de 2024.

Como previsto no *Framework*, a *holding* Eletrobras e suas subsidiárias se comprometem a comunicar no documento da emissão para os potenciais investidores o percentual dos recursos verdes direcionados para financiamento e refinanciamento dos projetos elegíveis. Verificou-se que na escritura da emissão, na cláusula 3.4.2. referente a “Destinação dos Recursos”, está especificado por projeto o percentual estimado dos recursos captados por meio das Debêntures incentivadas (somente a 1ª série), que totalizam R\$185 milhões. Com base no documento ‘Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão’, a ERM NINT verificou que a alocação dos recursos realizada nos projetos já concluídos está em conformidade com o indicado na escritura da emissão.

Verificou-se que os recursos da emissão foram direcionados para projetos verdes elegíveis, conforme a categoria Transmissão de Energia do *Framework* da Eletrobras. Os recursos foram alocados dentro do prazo definido no *Framework* e a anterioridade dos gastos reembolsados atendeu ao prazo definido no documento. Além disso, a emissora comunicou aos investidores, via escritura da emissão, o percentual dos recursos verdes destinados ao financiamento dos projetos. Portanto, o uso dos recursos está alinhado ao *Green Bond Framework* da companhia.

4. Avaliação e Seleção de Projetos

Conforme apresentado no Relatório de Verificação da emissão com o *Green Bond Framework* da Eletrobras - Ano 1¹², a avaliação e seleção de ativos esteve alinhada com as etapas de avaliação de elegibilidade apresentadas no *Framework*.

A verificação do processo de avaliação da elegibilidade dos projetos foi realizada em três etapas, conforme estabelecido no *Framework*:

1. Análise inicial

Conforme informado no Relatório de Verificação do Ano 1, nesta etapa foi (i) avaliado o enquadramento do projeto conforme a descrição de Projetos Elegíveis, tendo sido constatado que os projetos selecionados estavam de acordo com a categoria ‘Transmissão de energia’ do *Framework*; e (ii) verificado que a alocação dos recursos atende aos critérios de reembolso de gastos realizados em até 24 meses anteriores à data da 3ª emissão e que alocação integral dos recursos ocorrerá antes do vencimento do título. Além disso, nesta etapa foi realizada a avaliação dos critérios de exclusão definidos no *Framework*.

¹² Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3a emissão 20220713 (cgteletrosul.com.br)

As licenças ambientais dos projetos foram enviadas e verificadas pela ERM NINT, estando todas válidas. Para os projetos ainda em andamento (Projetos 8 e 9, apresentados na [Tabela 1](#)), os relatórios de atendimento às condicionantes para o licenciamento serão enviados após a conclusão das obras. Conforme indicado na [Seção 'Uso de Recursos'](#), a previsão da Eletrosul é que todas as obras estejam finalizadas em dezembro de 2024. Sendo assim, os relatórios de atendimento à condicionante e as licenças de operação destes projetos serão confirmados pela ERM NINT no momento de elaboração do próximo Relatório de Verificação.

De acordo com o Relatório de Verificação do Ano 1, em relação à Autorização de Supressão Vegetal, o Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária da CGT Eletrosul determinou que para nenhum dos projetos se aplica tal requisito, com exceção dos Projetos de Recapitação da LT 230 kV Blumenau - Joinville, para os quais se estava aguardando dita documentação para início do processo de licenciamento. No entanto, foi identificada a não necessidade de supressão de vegetação, sendo emitida autorização do Ibama para a execução das obras necessárias (Ofício 215/2023).

Os demais detalhes do processo da Análise Inicial dos projetos foram verificados durante a elaboração do Relatório de Verificação do Ano 1, realizado em 2022, e estão descritos no documento, que pode ser acessado através do *website* da Eletrosul¹³.

2. [Avaliação dos critérios ASG](#)

O 'Descritivo dos Projetos de Transmissão - 3ª emissão' foi elaborado com apoio das áreas ambiental, de operação e de transmissão da companhia para demonstrar o atendimento aos critérios ASG que são apresentados no Anexo I do *Framework*¹⁴.

Durante a elaboração do Relatório de Verificação da emissão com o *Green Bond Framework* da Eletrobras - Ano 1 foi verificado que a avaliação do atendimento dos critérios ASG está inclusa na Proposta para Resolução da Diretoria, a mesma que aprova a adesão dos projetos elegíveis como verdes. No Relatório à Diretoria Executiva sobre a anuência da Eletrobras para "inclusão de selo verde na emissão da CGT Eletrosul", é exposto que a avaliação da elegibilidade dos projetos inclui o atendimento dos requisitos ASG descritos no *Framework*.

3. [Priorização](#)

O *Framework* determina a priorização para projetos *Greenfield*, mas projetos *Brownfield* também podem ser priorizados, como é o caso do portfólio objeto da 1ª série da 3ª emissão da CGT Eletrosul, que está composto por projetos de ampliação de subestações existentes e seccionamento de linha de transmissão.

¹³ [Microsoft Word - ELETROSUL Relatório de Verificação da 3a emissão 20220713 \(cgteletrosul.com.br\)](#)

¹⁴ **Critérios Ambientais:** Licenciamento ambiental e demais autorizações; unidades de conversação e outras áreas relevantes para a conservação ambiental; terras indígenas e comunidades tradicionais (conforme Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais); Patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paleontológico, espeleológico e natural; Uso e ocupação do solo; Situação fundiária.

Critérios Sociais: Comunicação ou relacionamento com a população atingida; Comunicação ou relacionamento com a população atingida; Respeito aos direitos humanos; Saúde e segurança do trabalho.

Critérios de Governança: Ética, políticas anticorrupção; Transparência; Auditoria externa.

Verificou-se que os projetos foram selecionados conforme procedimentos, critérios de elegibilidade e critérios de exclusão definidos no *Framework*. Portanto, o processo de seleção e avaliação dos projetos está alinhado ao *Green Bond Framework* da Eletrobras.

5. Gestão dos Recursos

Como estabelecido no *Framework* e conforme a escritura da emissão, foi verificado que os recursos líquidos obtidos por meio da emissão de Debêntures verdes estão sendo destinados a projetos de reforços de subestações e seccionamento de linha de transmissão de energia elétrica da CGT Eletrosul autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e, nos termos da Lei nº 12.431¹⁵, aprovados como projetos prioritários pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por meio da Portaria nº 389 de 27 de outubro de 2020 e da Portaria nº 850/SPE de 20 de agosto de 2021.

Em atendimento ao disposto no *Framework*, a alocação dos recursos captados é monitorada continuamente, como verificado nos documentos “Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos das Debêntures 3ª Emissão” que descreve os totais investidos em cada projeto até 31/10/2023. Além disso, o Relatório Anual de Título Verde 2022¹⁶ também indica o monitoramento da alocação dos recursos, sendo apresentada o montante da debênture que foi alocado em cada projeto até 31/12/2022 e a alocação total estimada do montante da debênture para cada projeto. A Eletrosul indicou que em 2024 será divulgado o Relatório Anual de Título Verde referente à alocação dos recursos durante o ano de 2023.

Também de acordo com estabelecido no *Framework*, o montante líquido dos recursos da emissão temporariamente não alocados nos projetos foi divulgado no Relatório Anual de Título Verde 2022. Além disso, os recursos temporariamente não alocados nos projetos vem sendo mantido em instrumentos financeiros de baixo risco de contaminação por ativos carbono-intensivos, apresentados na Tabela 4:

Tabela 3 - Alocação temporária dos recursos não alocados nos projetos elegíveis

Fundo	Administrador
BB ELT FUNDO DE INVESTIMENTO COTAS FI RF	BB Gestão de Recursos DTVM S/A

Fonte: CGT Eletrosul

O Fundo BB ELT FUNDO DE INVESTIMENTO COTAS FI RF tem 100% de seu patrimônio investimento no Fundo BB TOP PRINCIPAL REFERENCIADO DI LP FI. Já o Fundo BB TOP PRINCIPAL REFERENCIADO DI LP FI tem seu patrimônio composto em 99,93% por títulos públicos, indicando baixo risco de contaminação do investimento realizado pela Eletrosul.

A CGT Eletrosul apresentou o extrato da conta referente a alocação no fundo de investimento BB ELT FUNDO DE INVESTIMENTO COTAS FI RF, datado de outubro de 2023, de

¹⁵ [L12431 \(planalto.gov.br\)](http://L12431.planalto.gov.br)

¹⁶ [Apresentação do PowerPoint \(cgteletrosul.com.br\)](http://Apresentação do PowerPoint (cgteletrosul.com.br))

modo que a ERM NINT pôde constatar a disponibilidade dos recursos para a conclusão dos projetos.

Verificou-se que a gestão dos recursos ocorreu em conformidade com os critérios definidos no *Green Bond Framework* da Eletrobras.

6. Relato

Alocação dos Recursos

Em seu *Framework*, a Eletrobras se comprometeu a reportar anualmente através de seu *website* ou Relatório de Sustentabilidade indicadores a nível de projeto e a nível agregado.

A nível de projeto, a CGT Eletrosul divulga as características de cada projeto (capacidade instalada, localização do projeto, fonte geradora, tecnologia utilizada) no Descritivo dos Projetos¹⁷ e no Reporte Anual de Título Verde 2022¹⁸. Além disso, neste segundo documento são descritos para cada projeto o investimento total estimado, alocação estimada de Debêntures para o projeto, o percentual do projeto a ser atendido pelas Debêntures, o percentual já alocado e o *status* de licenciamento ambiental. Já o indicador referente ao *status* de progresso do projeto foi reportado através do documento ‘Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão’.

Em relação aos indicadores a nível agregado, é divulgado no Reporte Anual de Título Verde 2022 o montante total das Debêntures alocado nos projetos, indicando também o saldo dos recursos líquidos ainda a ser alocado. Já o restante dos indicadores selecionados no *Framework* foram reportados através da ‘Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão’, como os instrumentos financeiros nos quais estão sendo mantidos os recursos ainda não desembolsados, o percentual de recursos utilizados para financiamento x refinanciamento dos projetos elegíveis (%).

Ainda em relação ao reporte da alocação dos recursos, de acordo com a escritura da emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Eletrosul deve fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, uma declaração informando quanto dos recursos captados com as Debêntures já foram alocados nos projetos elegíveis.

Relatório de Impacto

O *Framework* estabelece que os indicadores de impacto dos projetos, metodologias e *baselines* utilizados serão divulgados para os investidores no *website* ou no relatório anual de sustentabilidade da empresa.

¹⁷ [Descritivo projetos - GB versão final com Critérios ASG - Assinatura.pdf \(cgteletrosul.com.br\)](#)

¹⁸ [Apresentação do PowerPoint \(cgteletrosul.com.br\)](#)

No documento, a empresa se compromete a divulgar números de acidentes (fatais e severos). A CGT Eletrosul publica através do Relatório Anual Eletrobras CTG Eletrosul 2022¹⁹ o número de acidentes fatais e número de acidentes de trabalho com consequência grave. Em 2022, não houve nenhum destes acidentes na empresa. Da mesma forma, a Eletrobras também publica estes dados através de seu Relatório Anual²⁰. Em 2022, foi indicado no relatório que a média mensal do número de óbitos foi 3, e a média mensal do número de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) também foi 3.

Já em relação a comunidades, o *Framework* estabelece que serão divulgados o número e descrição das ações sociais implementadas e número de beneficiários das ações sociais implementadas. As ações sociais implementadas pela empresa são descritas no Relatório Anual Eletrobras CTG Eletrosul 2022 e no Relatório Anual da Eletrobras 2022, onde é reportado o número de beneficiários das ações realizadas. Nestes mesmos documentos foi divulgado o número e descrição das ações para proteção e restauração da biodiversidade impactada, outro indicador de impacto estabelecido no *Framework*.

Além disso, o *Framework* estabelece que para projetos de transmissão de energia será divulgado o fator médio de emissão do SIN nos últimos cinco anos (tonCO₂eq/KWh gerado). Este indicador também foi relatado pela Eletrosul através do documento 'Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão'. Apesar de o *Framework* estabelecer o reporte deste indicador e a Eletrosul o ter reportado, este indicador que não depende da gestão da Companhia, tratando-se de uma informação pública e não um índice do desempenho da Eletrosul.

Por fim, de acordo com o Reporte Anual de Título Verde 2022, não ocorreram registros de controvérsias socioambientais para os empreendimentos elegíveis.

Vale ressaltar que os indicadores são divulgados anualmente pela empresa, sendo que os relatórios publicados mais recentes abrangem o ano de 2022. Desta forma, o relato das informações referentes ao ano de 2023 ainda não ocorreram.

Verificou-se que a CGT Eletrosul reportou os indicadores relacionados a alocação dos recursos a nível projeto e a nível agregado da 1ª série da 3ª emissão de Debêntures da empresa através do Descritivo dos Projetos, Reporte Anual de Título Verde 2022 e Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão.

Já em relação aos indicadores de impacto selecionados no *Framework*, verificou-se que parte deles foram reportados através do Relatório Anual Eletrobras CTG Eletrosul, parte por meio do Reporte Anual de Título Verde 2022 e parte através da Declaração Referente Comprovação da Destinação de Recursos da Debêntures 3ª Emissão.

Desta forma, o Relato está alinhado com os critérios definidos no *Green Bond Framework* da Eletrobras.

¹⁹ [CGTEletrosul_RA2022_D13_15JUN23.pdf](#)

²⁰ [Eletrobras_RA_2022.pdf](#)

Controvérsias ASG

Foi realizada uma pesquisa de controvérsias ASG envolvendo a Eletrobras que tenham gerado repercussão negativa na mídia, visando analisar se a companhia mitiga impactos adversos a partir de seus sistemas, políticas e ações. Foram identificadas dez controvérsias ESG de baixa e média severidade. A responsividade da Eletrobras nos casos identificados foi considerada como 'remediativa' e 'defensiva' pela ERM NINT. Nenhuma das controvérsias identificadas está relacionada diretamente com os projetos financiados pelas Debêntures. O detalhamento dos casos identificados é apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 4 - Controvérsias ASG envolvendo a Eletrobras

Controvérsia	Controvérsias Ambientais	
	Severidade	Responsividade
Fevereiro/2021: Hidrelétrica de Balbina em meio à floresta de igapó da Amazônia causa impactos negativos há 35 anos, mostra estudo ²¹	Média: Um estudo publicado na revista científica <i>Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems</i> mostrou que a hidrelétrica de Balbina, em meio a florestas de igapó da Amazônia, causa impactos negativos desde o início da construção, há 35 anos. O estudo traz detalhes das perturbações encontradas no espaço e no tempo na floresta de igapó, desde o início da construção da barragem em 1983. Além disso, alerta para o que pode acontecer em outros pontos dos rios amazônicos, onde há mais de 400 barragens, operando planejadas ou em construção. O reservatório inundou uma área de quase 3.000 km ² , afogando florestas de igapó e de terra firme. Apenas os planaltos de terra firme em altitudes mais elevadas permaneceram, formando uma paisagem fragmentada de mais de 3.500 ilhas isoladas em um 'cemitério de milhões de árvores mortas' conhecidos 'paliteiros', e a produção ao longo dos anos de um grande volume de gases de efeito estufa, como o metano	Remediativa: De acordo com a Eletrobras, como medida compensatória pelo alagamento da área para a construção do reservatório da Usina, foi sugerido pelos pesquisadores e implementado pela empresa o Centro de Preservação e Pesquisa de Mamíferos Aquáticos - CPPMA, considerado hoje, um dos principais centros de reabilitação de mamíferos aquáticos da região, com ênfase na preservação do peixe-boi da Amazônia (<i>Trichechus inunguis</i>) ²² .
Outubro/2021: Mina de carvão no RS tem licença travada por infração a regras ambientais ²³	Baixa: Uma das maiores minas de exploração de carvão mineral do país, a Mina de Candiota, teve a sua licença de operação suspensa no Rio Grande do Sul, devido ao desrespeito a uma série de exigências ambientais, como a exploração de áreas de preservação permanente.	Remediativa: Houve a assinatura de um TAC entre a CRM (empresa responsável pelo fornecimento do carvão à Eletrosul) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fepam) ²⁴ . Dessa forma, a empresa recuperou a licença de operação da Mina.

²¹ <https://g1.globo.com/am/amazonas/natureza/amazonia/noticia/2021/02/25/hidreletrica-de-balbina-em-meio-a-floresta-de-igapo-da-amazonia-causa-impactos-negativos-ha-35-anos-mostra-estudo.ghtml>

²² Hidrelétrica Balbina - Eletrobras Eletronorte

²³ <https://www.estadao.com.br/economia/mina-de-carvao-no-rs-tem-licenca-travada-por-infracao-a-regras-ambientais/>

²⁴ Segundo CRM, não há risco de descontinuidade de operação na Mina de Candiota - Jornal Tribuna do Pampa

A CGT Eletrosul é responsável pela Termelétrica Candiota III, que utiliza carvão retirado da Mina.

Junho/2022: Eletrosul e Engie lideram ranking de emissões de gases poluentes do SIN, aponta IEMA²⁵

Baixa: a Eletrobras foi uma das companhias que mais emitiu gases poluentes em 2020 em proporção a energia gerada, de acordo com estudo do IEMA.

Defensiva: Em nota, a Eletrosul indicou que desconhece o método de cálculo utilizado para as estimativas de GEE da plataforma SEEG. A Companhia também indicou que monitora estes dados através de inventário anual de emissões de gases poluentes e vem diminuindo ano a ano a quantidade e o impacto desses gases no meio ambiente^{26,27}.

Controvérsias Sociais		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
Maio/2023: Eletrobras é notificada de suspensão de atividades em terras guajajara²⁸	Média: De acordo com a matéria, a Eletrobras informou que foi notificada de decisão judicial que determina a suspensão de instalação de linha de transmissão em quatro terras indígenas (TIs) guajajara no estado do Maranhão por sua subsidiária Eletronorte. O TRF1 também determinou a suspensão das licenças já concedidas para a Linha de Transmissão de 500 (quilovolt) kV Tucuruí/Marabá/Imperatriz/Presidente Dutra. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) não poderão conceder novas licenças ao empreendimento, até que seja realizado um Estudo de Componente Indígena (ECI). Segundo informado pela própria Eletrobras, a empresa também deverá pagar, por decisão da Justiça, um salário mínimo por mês a cada integrante das quatro terras indígenas até a conclusão do estudo. O montante calculado pela companhia é de R\$ 17 milhões. A ação foi interposta na Justiça pelo Conselho Supremo de Caciques e Lideranças Terra Indígena Cana Brava Guajajara, com um parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF). O MPF alega que houve irregularidades no licenciamento ambiental do empreendimento. Segundo a Procuradoria, há necessidade de realizar o ECI para proteger os direitos das comunidades afetadas.	Defensiva: A Eletrobras informou que foi deferido pela ministra presidente do Superior Tribunal de Justiça o pedido de suspensão de liminar e sentença formulado pela Eletronorte contra a decisão proferida em prol do conselho supremo de caciques e lideranças Terra Indígena Cana Brava Guajajara. O deferimento da suspensão de liminar e sentença afasta, até o trânsito em julgado do processo originário, a aplicação da decisão judicial anteriormente proferida, que havia determinado a suspensão de toda e qualquer atividade nas terras indígenas Cana Brava/Guajajara, Rodeador, Lagoa Comprida e Urucu/Juruá, bem assim as licenças já concedidas ao empreendimento Linha de Transmissão 500kV Tucuruí/Marabá/Imperatriz/Presidente De acordo com a Eletrobras, a Companhia está aguardando julgamento até últimas instâncias.
	29.	

²⁵ <https://megawhat.energy/noticias/sustentabilidade/146886/eletrosul-e-engie-lideram-ranking-de-emissoes-de-gases-poluentes-do-sin-aponta-iema>

²⁶ <https://valor.globo.com/conteudo-de-marca/eletrobras/noticia/2023/06/30/eletrobras-vai-investir-r-2-9-bi-em-energia-com-baixa-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-na-regiao-da-amazonia.ghtml>

²⁷ <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estrategia-Climatica.aspx>

²⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/eletrobras-e-notificada-de-suspensao-de-atividades-em-terras-guajajara>

²⁹ STF derruba liminar que suspende obras e licenças da Eletronorte em terras indígenas - CanalEnergia

Setembro/2023: TST suspende plano de demissão voluntária da Eletrobras³⁰	Baixa: Em setembro de 2023, foi deferida liminar para suspender por 15 dias, os desligamentos de empregados da Eletrobras que tivessem aderido ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) de 2023 cuja homologação ainda não tenha sido feita. A decisão também suspendeu as datas-limite do PDV 2023 e a tramitação do processo por 15 dias. No dissídio, as entidades sindicais pretendem e definir a extensão da cláusula do acordo coletivo 2020/2022 que trata da dispensa em massa e dos planos de demissão voluntária. Entre outros pontos, elas alegam que há uma discrepância entre as condições previstas no PDV 2023 para empregados e para integrantes da diretoria, “infinitamente melhores”. Em 16 de agosto, o ministro realizou audiência de conciliação e apresentou uma proposta que incluía a reabertura do PDV nas mesmas condições para todos. Contudo, os sindicatos informaram que a Eletrobras não havia apresentado contraproposta e que as negociações não tiveram sucesso na reunião marcada. Além disso, a empresa estaria condicionando a negociação à desistência do dissídio.	Remediativa: A Eletrobras e entidades sindicais chegaram a um acordo sobre o PVD da empresa de 2023. Com o novo acordo, o processo será reaberto por 30 dias, com novas inscrições, restritas a 101 funcionários. O acordo determina ainda que os trabalhadores inscritos no PDV que trabalham em atividades de operação e manutenção ou no Centro de Serviços Compartilhados só serão desligados a partir de 1º de janeiro de 2024. Já funcionários das demais áreas serão desligados neste ano de forma gradual. Serão 150 em outubro e 150 em novembro. Em dezembro, mais 200.
Novembro/2023: Em ação do MPF, Justiça determina medidas para reduzir impactos de torres de energia em terra indígena de SC³¹	Média: De acordo com decisão proferida em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) o Ibama terá que regularizar, no prazo de 60 dias, o licenciamento ambiental da linha de transmissão de energia elétrica que passa pela Terra Indígena Guarani (TI) Massiambu, em Palhoça (SC), levando em conta os riscos que o equipamento pode causar à saúde da comunidade. A ação foi ajuizada em 2014 na 6ª Vara Federal de Florianópolis, após os indígenas relatarem ao MPF sua preocupação de que as torres estariam prejudicando a saúde da população. Pela decisão, a Eletrosul (concessionária do serviço de distribuição de energia em SC) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) deverão realizar vistoria no local para avaliar os possíveis danos causados ao território e à população, assim como os riscos à saúde dos habitantes. Com base na matéria, a Eletrosul terá 30 dias para elaborar novo estudo e	Defensiva: De acordo com a Companhia, são adotadas medidas mitigadoras para os impactos em comunidades indígenas de empreendimentos energéticos, conforme apresentados em seu Relatório Anual de Sustentabilidade³².

³⁰ <https://www.tst.jus.br/-/tst-suspende-plano-de-demiss%C3%A3o-volunt%C3%A1ria-da-eletrobras>

³¹ <https://anaind.org.br/noticias/em-acao-do-mpf-justica-determina-medidas-para-reduzir-impactos-de-torres-de-energia-em-terra-indigena-de-sc/>

³² [CGTEletrosul_RA2022_D13_15JUN23.pdf](#)

relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) ou complementar os já realizados, com base em termo de referência a ser emitido previamente pelo Ibama. Caso não seja possível a mudança de local, a concessionária deve sugerir outras medidas que minimizem os efeitos da continuidade das torres de energia no território indígena. A Eletrosul também deve indicar medidas compensatórias aos indígenas, com base nos riscos gerados à saúde da comunidade, e o valor indenizatório no caso de danos ou prejuízos já ocorridos. O novo EIA/RIMA elaborado pela empresa servirá de base para que o Ibama regularize a licença ambiental do equipamento.

Em caso de descumprimento dos prazos fixados, será aplicada multa diária de R\$10 mil para o Ibama e a Eletrosul e de R\$1 mil para a Funai.

Controvérsias Governança		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
Junho/2022: Aneel segura aplicação de R\$ 450 milhões em multas à Eletrobras³³	Baixa: De acordo com a notícia, a ANELL tem poupado o Grupo Eletrobras do pagamento de multas que totalizam R\$ 450 milhões, referentes a descumprimentos de contratos de concessão. Os processos que culminaram nas multas são de contratos da Eletronorte, Eletrosul e Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), subsidiárias da Eletrobras. Os contratos determinavam a construção de infraestruturas de transmissão de energia na Bahia, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Acre. No entanto, depois de uma série de irregularidades e atrasos nos cronogramas, o Ministério de Minas e Energia extinguiu esses contratos e a Aneel aplicou as referidas multas.	Remediativa: De acordo com a Eletrobras, a aplicação multa ainda está em discussão. Conforme comunicado ao mercado³⁴, foi elaborada e juntada aos autos dos processos administrativos a Nota Técnica nº 85/2022-SGT/ANEEL, que trata da análise dos Pedidos de Reconsideração interpostos pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS INVESTIDORES EM AUTOPRODUÇÃO DE ENERGIA (ABIAPE), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE ENERGIA E DE CONSUMIDORES LIVRES (ABRACE), ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A. (ESBR) e NORTE ENERGIA S.A (NESA), em face das Resoluções Homologatórias no 2.845/2021; 2.846/2021; 2.847/2021; 2.848/2021; 2.849/2021; 2.850/2021; 2.851/2021; 2.852/2021 e 2.853/2021, decorrentes dos recursos das revisões periódicas das tarifas das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei número 12.783/2013, que abrangem o pagamento do componente financeiro da RBSE - Rede Básica Sistema Existente. A Companhia está avaliando o conteúdo deste documento, que ainda não constitui uma decisão da Aneel, e manterá o mercado informado sobre o assunto de que trata o presente Comunicado.

³³ <https://www.poder360.com.br/governo/aneel-segura-aplicacao-de-450-milhoes-em-multas-a-eletrobras/>

³⁴ [1a2875de-82e0-32a9-6505-b06b522cb1d1 \(mziq.com\)](https://www.poder360.com.br/governo/aneel-segura-aplicacao-de-450-milhoes-em-multas-a-eletrobras/)

Maio/2023: Minoritários questionam CVM sobre possível acordo para aumentar assentos da União³⁵	Baixa: O diretor da Associação de Empregados de Furnas (Asef) e acionista da Eletrobras, Felipe Ferreira de Araújo, entrou com questionamento na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre notícias veiculadas na mídia de que a empresa e a União estariam conversando para aumentar o número de assentos do governo no conselho de administração da ex-estatal. De acordo com matérias divulgadas, a União poderia aumentar o número de cadeiras no conselho da Eletrobras de um para três ou quatro, o que aumentaria o poder do governo na companhia, privatizada no ano passado.	Remediativa: De acordo com a Eletrobras, a situação foi resolvida e esclarecida por meio de comunicado ao mercado³⁶ de 30/05/2023 "o Estatuto da Companhia não reserva vagas em seu Conselho de Administração para quaisquer de seus acionistas e que, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, é competência privativa da Assembleia-Geral eleger os membros do Conselho de Administração (art. 122, II), não se mostra possível à Companhia o oferecimento de vagas no Conselho para qualquer acionista em particular, inclusive pelo fato de que há regras Estatutárias claras sobre os critérios de indicação, mesmo na eventual ocorrência de vacância (Lei nº 6404, art. 150).
Jul/2023: Vice-presidente da Eletrobras é mencionado em uma denúncia apresentada à CVM por suposta fraude em operações do grupo Delta Energia³⁷	Baixa: Executivo João Carlos de Abreu Guimarães, que era vice presidente de comercialização da Eletrobras foi citado em uma denúncia apresentada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por suposta fraude em operações do grupo Delta Energia, do qual Guimarães fez parte até o início de 2023.	Remediativa: O Conselho de Administração da Eletrobras destituiu o vice-presidente.
Outubro/2023: Eletrobras é a quarta empresa brasileira em ranking de empresas do país mais rejeitadas por "riscos reputacionais"³⁸	Baixa: A plataforma <i>Financial Exclusions Tracker</i> compila dados das chamadas "listas de exclusão" publicadas por bancos, fundos de pensão e gestoras de ativos de várias partes do planeta - ou seja, as listas de empresas bloqueadas por investidores em razão de práticas prejudiciais ao meio ambiente, aos direitos humanos ou ao próprio ambiente de negócios, caso da corrupção. A quarta empresa brasileira com maior presença em listas de exclusão é a Eletrobras, com 33 menções.	Defensiva: Em resposta a reportagem, a Eletrobras indicou que está comprometida em contribuir efetivamente, por meio de seus negócios, para o desenvolvimento sustentável das áreas e comunidades onde atua e a investir na pesquisa e na utilização de novas tecnologias ambiental e socialmente responsáveis. Sua matriz de geração elétrica é 97% limpa e renovável, e a Eletrobras foi a primeira empresa de energia no mundo a assumir uma meta net zero, que pretende atingir até 2030. Além disso, a companhia possui a atuação indigenista de maior alcance no Brasil, relacionando-se com 19 etnias em 40 terras indígenas. A companhia indica investir em amplos programas de compensação e mitigação socioambiental e em iniciativas complementares, como, por exemplo, com comunidades indígenas Kayapó do médio Xingu, além do Edital de Projetos Socioambientais.

³⁵ https://www.terra.com.br/economia/eletrobras-minoritarios-questionam-cvm-sobre-possivel-acordo-para-aumentar-assentos-da-uniao,3ce7876763f380ccc3f2faff433452a14pzlsxw6.html?utm_source=clipboard

³⁶ <https://www.mziq.com.br/ea89ebf6-4071-6358-a75d-220167e1be8c>

³⁷ <https://forbes.com.br/forbes-money/2023/07/eletrobras-afasta-vice-presidente-por-denuncia-de-atuacao-previa-na-delta/>

³⁸ <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/vale-petrobras-e-jbs-lideram-ranking-de-empresas-brasileiras-mais-rejeitadas-por-riscos-reputacionais/>

7. Anexo I - Método

Controvérsias

Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixa	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos consideráveis ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação. São consideradas como ‘baixa severidade’ as controvérsias que já foram mitigadas através de multas, TACs ou decisões judiciais.
Média	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa. Podem ser consideradas como ‘média severidade’ aquelas controvérsias que ainda não foram mitigadas, sejam através de multas, TACs, decisões judiciais e/ou ajustes estruturais/de conduta da empresa.
Alta	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos. Podem ser consideradas como ‘alta severidade’ aquelas controvérsias que ainda não foram mitigadas, sejam através de multas, TACs, decisões judiciais e/ou ajustes estruturais/de conduta da empresa. Empresas que foram consideradas culpadas de um crime ASG em primeira instância judicial, por exemplo, podem ser consideradas como de ‘alta severidade’.

Fonte: ERM NINT

Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM NINT

Níveis de Asseguração do relatório

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de uma asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

Limitado

Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM NINT



Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com